

## **SOBRE OS VESTÍGIOS DE DESAPARECIDOS E ÓRFÃOS NA CIDADE DE SÃO PAULO (1894 – 1909)**

<https://dx.doi.org/10.18616/cart06>

*Eliane Mimesse Prado*

Identificaram-se algumas das crianças órfãs e desaparecidas na cidade paulistana, de modo a entender, brevemente, qual o caminho que percorreram para chegar até as instituições de acolhimento assistenciais ou profissionais. As fontes utilizadas para o acesso às informações foram os periódicos *O Commercio de São Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e o *Correio Paulistano*. Tal acesso foi facilitado pela digitalização dos periódicos do século XIX e início do século XX. Apesar desta digitalização, a leitura nem sempre foi clara o suficiente, em função de manchas de tinta existentes no papel original, partes amareladas, páginas apagadas ou rasgadas.

Faz-se imprescindível lembrar que os tabloides daquela época eram escritos com outro formato. As matérias eram dispostas em letras miúdas e concentradas em longas colunas. Além disso, só existiam notícias escritas, sem nenhum tipo de ilustração. Os singelos desenhos apareciam somente na última página, que trazia reclames de companhias de navegação, de venda de charutos e medicamentos – alguns de cores extravagantes, os quais, depois de ingeridos, milagrosamente curavam as pessoas.

A cidade de São Paulo, capital do estado de São Paulo, oferecia muitos periódicos com divulgação de notícias semanais, diárias ou mensais, que poderiam ter formato de folhetins, boletins ou jornais, e seguiam preceitos de acordo com sua linha editorial. Apresentavam-se como satíricos, literários, anarquistas, liberais, republicanos, socialistas, imigrantistas, etc. Nos anos de transição entre o século XIX e o século XX, surgiram novos métodos de impressão e, conforme citou Luca (2005, p. 137), com essas inovações foi possível melhorar a qualidade da produção dos jornais e, ainda, baratear os exemplares. Os periódicos, aos poucos, iam atingindo um público maior a cada dia.

O motivo da escolha destes três periódicos – *O Commercio de São Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e o *Correio Paulistano* – ocorreu em função de serem diários de notícias, com ampla circulação e por citarem fatos do cotidiano da cidade em suas matérias, como o desaparecimento e a orfandade de crianças. Esses periódicos também publicavam algumas matérias traduzidas de jornais europeus.

A postura d'*O Commercio de São Paulo* era a mais inovadora dos três; realmente pretendia modernizar a cidade, informava o leitor, trazia as novidades e os debates da Europa para São Paulo. Em contrapartida, *O Estado de S. Paulo* reproduzia os acontecimentos como ocorriam, com detalhes, com endereços, nomes dos envolvidos, idades. O *Correio Paulistano* informava o leitor com menos minúcias que os jornalistas do diário anterior; continha algumas notícias diferentes, que os repórteres d'*O Estado de S. Paulo* não conseguiam divulgar. Tem-se a impressão de que os repórteres copiavam as declarações que as pessoas faziam nas delegacias e, em seguida, publicavam no jornal, retirando alguns

pormenores, talvez os mais mórbidos ou imorais. Luca (2005, p. 138) alertou que os jornais desta época tinham a nobre função de informar ao leitor tudo o que se passava, com minúcias, dando destaque sempre à “verdade dos fatos”.

Quanto ao acesso às fontes, estas se empenhavam em prol de manter as coleções o mais completas possível. O *Commercio de São Paulo* e o *Correio Paulistano* podem ser encontrados no acervo digital da *Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional*. O *Correio Paulistano* ainda consta no acervo do *Arquivo Público do Estado de São Paulo*. A pesquisa no acervo da *Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional*, quanto no *Arquivo Público do Estado de São Paulo*, é gratuita. O *Estado de S. Paulo* tem seu próprio acervo. Os volumes podem ser encontrados desde a época do império, quando o estado se denominava *A Província de S. Paulo*, mas a pesquisa, neste acervo, pode ter custo para o pesquisador. Caso necessite de detalhes, não consegue encontrá-los no acesso gratuito.

É interessante notar que a pesquisa digital agilizou o modo de acesso aos periódicos para efetuar a busca. Simplesmente são lançadas palavras que levam o pesquisador até a notícia, poupando horas infinitas de leitura e o folhear de páginas de um antigo jornal, ou de manusear a manivela de um equipamento de microfilme, sem encontrar o que realmente considerasse relevante para seu objeto de pesquisa, isto sem citar os desvios com a leitura de notícias e reclames que chamavam a atenção do leitor-pesquisador. Mas, nem sempre podemos confiar plenamente na busca efetuada pela pesquisa digital; muitas vezes, procurando por outro termo similar, essa busca apresentava outros resultados complementares anteriormente não indicados. A busca digital não indica exatamente todas as palavras solicitadas. Deve-se refazer a mesma busca algumas vezes para se ter certeza do que a pesquisa foi bem executada.

Este estudo foi limitado pela faixa etária das crianças. As próprias fontes estabeleceram o seu limite etário por volta dos seis anos de idade. As crianças desamparadas eram, em sua maioria, as mais novas, recém-nascidas; as desaparecidas e perdidas eram as que sabiam andar e tinham, em média, segundo as fontes, de seis a oito anos. Apenas uma criança desaparecida era de oito anos, o que permite considerar que tenha fugido de casa, não se tratando de criança perdida, porque tinha idade para discernir o que acontecia. As hipóteses para considerar essa idade o limite é que muitas crianças com essa idade podiam frequentar a escola na companhia de irmãos mais velhos. Legalmente, sete anos era o marco estabelecido para o início da frequência escolar; também poderiam trabalhar em atividades mais simples, como ajudantes ou auxiliares, e poderiam cuidar de irmãos mais novos.

Os anos fixados como balizas entre 1894 e 1909 foram em função das notícias encontradas, em decorrência dos pesquisadores dos periódicos e de suas programações.

Outras fontes primárias documentais e bibliográficas, além dos periódicos citados, foram utilizadas para compor este estudo. Devemos ter sempre em mente que o documento, como foi citado por Le Goff (1996, p. 547), é:

[...] antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da

sociedade que o produziu, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado.

Todos os documentos devem ser analisados, lidos, relidos e desmistificados, comparados entre si e com o contexto a partir de quem o produziu. Afinal, ainda como pontuou Le Goff (1996, p. 547), “no limite não existe um documento verdade. Todo o documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo.”

### **A cidade às voltas com a renúncia e o acolhimento**

A cidade de São Paulo, no período entre 1870 e 1920, atravessou um salto de crescimento, como foi apresentado por Cruz (2013). Tornou-se um centro econômico e político do Estado, com casas bancárias, grandes estabelecimentos comerciais e de importação, fábricas, oficinas e vasto comércio varejista. Nos anos de 1880, passaram a ser loteados os sítios e chácaras situados em torno do centro, que, então, compreendia as freguesias da Sé, de Santa Efigênia, de Bom Jesus do Brás e da Consolação, expandindo o que era o centro urbano a um raio de admiráveis 2,5 quilômetros. Para uma localidade que permaneceu por volta de trezentos anos praticamente sem nenhum tipo de alteração, era algo incrível.

O centro tornou-se um local para o comércio e suas lojas. As fábricas foram se instalando nas proximidades dos rios e da estrada de ferro. Começaram a se delinear os bairros residenciais mais distantes do centro, planejados com largas avenidas arborizadas, ao mesmo tempo em que as famílias dos operários se instalavam em pequenos quartos, próximo das fábricas, como descrito por Mimesse (2020).

Uma matéria do periódico *O Commercio de São Paulo* reclamava da falta de policiamento especial em uma via principal. Apontava os veículos que transitavam sem fiscalização; indicava a desordem e a sujeira das calçadas no horário de entrega de encomendas, dos pedintes nas ruas, na velocidade em que passavam cavalos pela via pública, além de carroças, carros de bombeiros e bondes. Uma cidade moderna não poderia conviver com estas faltas de civilidade, conforme reportagem de janeiro de 1894:

[...] O transito de carroças pesadíssimas, e de vehiculos de toda espécie; a passagem constante de *bonds*, a sem cerimonia com que se abrem caixões enormes em frente às lojas, emporcalhando a rua de palha e papeis; a desfaçatez com os mendigos andrajosos esmolam às portas dos cafés [...]. Temos visto passar pela rua 15 de Novembro, à disparada, o tropel de cavalos (*O Commercio de São Paulo*, 1894, p. 2).

O aumento da população, em função da entrada de imigrantes e da mão de obra do interior, que se deslocava para a capital, gerou a necessidade de construção ou de aluguel de novas moradias, como também atingiu outros setores,

como o da educação. A escola primária pública não oferecia vagas suficientes para todas as crianças. Este assunto – a situação das escolas elementares públicas e privadas subsidiadas italianas na capital – foi detalhado em análise efetuada por Prado (2015). Ambas recebiam alunos com idades a partir de sete anos e, no caso das isoladas públicas e das privadas subsidiadas italianas, que eram elementares, seguiam o mesmo modelo, de sala única multisseriada, algumas vezes separada por sexo, outras vezes mista, receberam muitos alunos por turma, sendo divididos por grau de aprendizagem.

No ano de 1906 havia, em média, 11 mil alunos matriculados nas várias modalidades de escolas públicas elementares da capital e outros 5 mil matriculados nas escolas privadas subsidiadas italianas. Estes últimos chegaram a ter 6.537 mil alunos matriculados entre os anos de 1908 e 1910, conforme dados de Prado (2015).

Os que tinham idade para frequentar a escola não constituíam um problema. Os menores deveriam trazer mais preocupações, porque não conseguiriam resolver as situações sozinhos.

Mas, nem todas as crianças tinham idade para poderem frequentar as escolas. Muitas precisavam trabalhar fora de casa ou colaborar nas tarefas domésticas. Nestas situações, ajudando os maiores ou fazendo atividades designadas para eles como simples, perdiam-se no caminho de casa, no mercado de frutas, com o irmão mais velho. São vários os relatos de crianças perdidas em situações em que conheciam o caminho, em que estavam acompanhadas de um irmão e, que, por pouco, se haviam descuidado. É por estes motivos que a negligência com as crianças existia numa cidade que se modernizava e crescia por vários fatores, mas nem sempre relacionada a falhas de seus genitores.

Muitas das crianças encaminhadas a algum dos muitos orfanatos na cidade tinham como justificativa para sua estada – nem sempre temporária – a falta de um de seus genitores. A sociedade aceitava com bons olhos que a mãe deixasse seus filhos muito pequenos aos cuidados de um orfanato religioso para trabalhar e, assim, poder sustentá-los; ou um pai que não conseguisse cuidar de crianças pequenas e não tivesse filhas mais velhas que se responsabilizassem pelos mais novos. Também abatiam os pais destas crianças as doenças, os acidentes dentro ou fora do trabalho e as mortes naturais. As crianças tornavam-se órfãs por infortúnio. Muitos deles não puderam escolher seu destino. Vários orfanatos, institutos assistenciais e profissionais públicos e religiosos foram criados durante o século XIX visando a esse grupo populacional desvalido, como descreveu Prado (2019).

As instituições eram separadas em duas modalidades principais: assistenciais e profissionais. As assistenciais cuidavam das crianças muito pequenas, desde recém-nascidos até os sete anos de idade. Após completarem essa idade, eram encaminhadas para outro local. Normalmente, uma instituição profissional, mas nem sempre existiam vagas. Muitos desses órfãos eram obrigados a buscar trabalho para sua sobrevivência. Este era um dos motivos para a existência de crianças “maltrapilhas, vagabundas e ladras”, como eram denominadas pelos periódicos da época.

Com a criação da *Roda dos Expostos na Santa Casa de Misericórdia* no ano de 1825, as irmãs passaram a receber os bebês, cuidando dessas crianças até

completarem sete anos. As meninas com sete anos eram encaminhadas para o *Seminário de Educandas da Glória*; os meninos, para o *Seminário de Educandos de Sant'Anna*, que encerrou suas atividades em 1868 e deu lugar ao *Lyceu de Artes e Offícios*. Essas instituições eram religiosas, mantidas pelas respectivas congregações, pelo governo do estado e pelas doações dos benfeitores, sempre de acordo com Prado (2020b). O instituto profissional para meninos - *Lyceu de Artes e Offícios* - era mantido pelos proprietários de fábricas da cidade, a fim de especializar a mão de obra de seus futuros funcionários. O *Lyceu Coração de Jesus*, instituição religiosa dirigida pelos irmãos salesianos, visava à formação de meninos para o trabalho fabril.

O *Instituto Dona Anna Rosa* atendia a meninos pobres e os formava para o trabalho autônomo. Em 1880, existiam alunos carpinteiros, alfaiates, funileiros, pintores, padeiros, pedreiros, formados por este instituto. A escola *Dona Carolina Tamandaré* formava meninas nas artes domésticas, com recursos da família e doações; funcionava também como pensionato. Outras instituições foram criadas nesta época, vinculadas a ordens religiosas dos Vicentinos, dos Scalabrinianos, da Irmandade de Misericórdia, da Divina Providência, das *Soeurs du Bon Pasteur*. Existiram instituições privadas, como o Orphanato de Santa Anna e o Abrigo Santa Maria, fundadas por benfeitores proprietários de imóveis com renda para poderem abrigar e manter crianças órfãs. Estas instituições, tanto religiosas como privadas, assistenciais ou profissionais, recebiam doações provenientes de festas, bailes, quermesses, leilões, além de doações em espécie, efetuadas por pessoas influentes na sociedade. As damas da sociedade colaboravam com doações para a criação de novas casas e orfanatos para meninas, para reduzir a promiscuidade feminina. As meninas aprendiam a costurar, a cozinhar e a se tornarem boas donas de casa e mães. Nos educandários para meninos, ensinavam-se ofícios quando conseguiam vagas para os frequentar. Assim, poderiam ser ajudantes de sapateiros, de marceneiros, de ferreiros, de alfaiates, de barbeiros, de padeiros, entre outras ocupações. O quadro 1 esclarece as informações expostas.

**Quadro 1** - Instituições assistenciais e profissionais

Ano	Nome	Sexo	Tipo	Origem
1825	Casa dos Expostos da Santa Casa de Misericórdia	Masc./Fem.	Assistencial	Irmandade de Misericórdia
1825/ 1868	Seminário de Educandos de Sant'Anna	Masc.	Profissional	Governo de São Paulo
1825	Seminário de Educandas da Glória	Fem.	Profissional	Governo de São Paulo
1869/ 1880	Instituto de Educandos Artífices	Masc.	Profissional	Governo de São Paulo

SOBRE OS VESTÍGIOS DE DESAPARECIDOS E ÓRFÃOS NA CIDADE DE SÃO PAULO (1894-1909)

1873	Lyceu de Artes e Ofícios	Masc.	Profissional	Governo de São Paulo
1875	Instituto Dona Anna Rosa	Masc.	Profissional	Privado
1885	Lyceu Sagrado Coração de Jesus	Masc.	Profissional	Salesianos
1890	Instituição da Sagrada Família do Ypiranga	Fem.	Assistencial	Cúria Metropolitana
1892	Orphanato de Santa Anna	Fem.	Assistencial	Privado
1892	Colégio Dona Carolina Tamandaré	Fem.	Profissional	Privado
1892	Abrigo Santa Maria	Masc./ Fem.	Assistencial	Privado
1894	Externato Casa Pia de São Vicente de Paula	Masc.	Assistencial	Vicentinos
1895	Orphanato Christovam Colombo	Masc./ Fem.	Assistencial Profissional	Scalabrinianos
1896	Asylo de Orphãos Desamparados Nossa Senhora Auxiliadora do Ypiranga	Fem.	Assistencial Profissional	Salesianos
1896	Asylo Sampaio Vianna	Masc./ Fem.	Assistencial	Irmandade de Misericórdia
1897	Asylo do Bom Pastor	Fem.	Assistencial	<i>Soeurs du Bon Pasteur</i>
1897	Casa da Divina Providência da Mooca	Fem.	Assistencial	Divina Providência

Fonte: Prado (2020b).

Em 1896, foi publicado o Regulamento da Guarda Cívica pelo chefe de polícia do estado de São Paulo, Xavier de Toledo. A partir desta publicação, os policiais que faziam a ronda nas ruas, também conhecidos como rondantes, tinham a função de “garantir a ordem pública” e comunicar ao comandante todos os fatos ocorridos, considerados fora da normalidade:

Art. 19.º Devem chamar a atenção dos rondantes e depois comunicar ao commandante:

§12.º os menores que andarem vagabundo, as creanças perdidas e os mendigos

Art. 20.º Cumpre ainda aos guardas:

§4.º evitar que senhoras, menores ou pessoas edosas sejam atropeladas por vehiculos, facilitando a passagem das mesmas nas ruas e praças, podendo, para esse fim, suspender o transito de vehiculos. (O Estado de São Paulo, 1986, p. 1).

Após a publicação deste regulamento, os guardas rondantes passaram a recolher as crianças que estivessem sem a companhia de algum adulto nas ruas e fossem consideradas perdidas, mendigas ou vagabundas. Além de evitarem o atropelamento de crianças e idosos desatentos, podia o guarda rondante parar o trânsito para que a população mais frágil atravessasse a rua sem sofrer riscos.

### **Periódicos contribuindo para a escrita da História**

Foram as notícias dos periódicos sobre as crianças, escritas por repórteres que reproduziam as palavras dos guardas rondantes, descrevendo o que encontravam nas ruas, ou o que os parentes contavam sobre o desaparecimento de um pequeno, que possibilitaram a execução desta narrativa. O Regulamento da Guarda Cívica contribuiu para que toda apreensão de crianças pelos guardas rondantes fosse relatada ao comandante e transcrita pelos jornalistas dos periódicos, sempre ávidos por notícias. Talvez não tivessem tantos assuntos para publicar nas matérias e essas apreensões, por mais banais que pudessem parecer, constituíam assuntos de interesse para a população leitora. Como os fatos eram reproduzidos em sua íntegra, assim havia sido explicado por Luca (2005), o leitor tinha a impressão de vivenciar o acontecido. Isto permitiu aos três referidos diários – *O Commercio de São Paulo*, *Correio Paulistano* e *O Estado de S. Paulo* – compor o quadro das crianças órfãs e desaparecidas na cidade paulistana. O leitor destes diários poderia acompanhar o que ocorria dia a dia na cidade, mesmo sem transitar pelas ruas do centro, pois, através da imprensa, sempre estaria informado nos mínimos detalhes.

*O Commercio de São Paulo* era apresentado aos leitores em quatro páginas. Nas três páginas iniciais, trazia colunas inteiras com notícias do mundo e dos estados. Seu diretor, o jornalista Cesar Ribeiro, que demonstrava certa preocupação com o futuro das crianças, durante o ano de 1895 publicou, sempre na primeira página, uma coluna sobre as creches e seus benefícios. Tratou de detalhes, como horários de permanência das crianças, do modo como eram cuidadas, além de

reproduzir os debates acadêmicos ocorridos na Europa, como o de 2 de abril de 1895. Traduziu longos trechos de alguns jornais franceses em sua coluna no ano de 1895.

Este diário fez uma campanha para a abertura de uma *crèche* na cidade com donativos de seus leitores. O *Commercio de São Paulo*, além de publicar as benesses das *crèches* europeias, passou a publicar as doações efetuadas para a criação da instituição na capital:

O menino Domicio – uma criança que se interessa pela sorte dos infelizes filhinhos de proletárias - enviou-nos hontem a quantia de 50\$ para auxilio da installação do primeiro albergue infantil. Quantia publicada 37:459\$400, mais esses 50\$000. Total arrecadado 37:509\$000 (O *Commercio de São Paulo*, 1895b, p. 1).

O jornalista empenhou-se em contratar como diretora uma senhorita inglesa, Mary Howard, que havia vivido em São Paulo, e naquele momento morava na Inglaterra. Os utensílios e materiais foram importados desse país e receberam descontos de impostos para auxiliar a nobre causa. As damas da sociedade apoiavam a bela iniciativa. Três delas passaram a participar da gestão da instituição. A senhora Veridiana Prado, como presidente, a senhora baronesa de Arary e madame Hermann Burchard, como vogais. Enfim, a inauguração da *crèche* “servirá de modelo as que subseqüentemente se fundarem, vai ser, enfim, transformado em realidade o bello ideal que preocupou por tanto tempo o diretor desta folha” (O *Commercio de São Paulo*, 1895b, p. 1).

A *crèche* seria inaugurada em 11 de fevereiro de 1896, na Rua Líbero Badaró, ao lado do edifício da polícia, em um local novo e ventilado. Poderiam ser aceitas crianças de quinze dias até oito meses. O limite seria de trinta crianças. Para a matrícula, o diário publicou os requisitos para as mães interessadas: deveriam estar na porta do edifício “das 5 horas às 6 da manhã” de todos os dias úteis; teriam seus filhos de volta “das 6 às 7 da tarde”. Mas existia um aviso para as mães desatentas: as crianças “que não forem reclamadas dentro de 36 horas depois da entrada serão enviadas á roda dos expostos.” (O *Commercio de São Paulo*, 1896a, p. 2).

Ainda, era necessário, se as crianças fossem frequentar esta *creche*, que passassem por um exame do “delegado da Ilustre Sociedade de Medicina e Cirurgia de S. Paulo”, e que suas mães levassem documentos:

[...] atestado do gerente de fabrica ou patrão abonando sua conduta e certidão de terem effectivamente um emprego quotidiano. Este documento deve ter a firma reconhecida e designar o nome e estado da criança, e mais nacionalidade, idade, estado civil e emprego da mãe. As creanças enfermas não serão admitidas, nem as que tiverem menos de quinze dias ou mais de oito mezes (O *Commercio de São Paulo*, 1896a, p. 2).

As questões referentes às mães, que deveriam estar empregadas, apresentar boa conduta, entregar um documento com firma reconhecida, nem eram tão complexas. O que chama mais a atenção é quanto ao ponto que trata sobre a renúncia dos pais por seus filhos. A criança permaneceria, em média, doze horas por dia na instituição e ainda existia a possibilidade de ser esquecida por um ou dois dias antes de ser entregue ao *Hospital da Santa Casa de Misericórdia*, mais precisamente, à roda dos expostos. Seria tão habitual esse desmazelo com relação a crianças muito pequenas, a ponto de o redator da matéria, Cesar Ribeiro, criar um local para acolher várias crianças e incluir esse aviso na sua publicação? Como poderemos saber o que mais ocorria naquela época, com o cuidado e atenção aos pequenos, além do que conseguimos ler nas entrelinhas? Apenas hipóteses.

Acompanhando as notícias do diário *O Commercio de São Paulo*, foi possível saber que a experiência com a criação da *crèche*, infelizmente, não foi muito duradoura. No mês de abril - funcionou por dois meses - os leitores, que colaboravam com os fundos para o funcionamento da instituição, foram informados de que ela teria suas portas fechadas. Em carta aberta, publicada em algumas edições, a então senhora presidente, Dona Veridiana Prado, explicava que, “apesar de toda a minha boa vontade, não foi possível continuar a manter, [...] sendo a despesa com a útil instituição excessivamente onerosa, tal como foi instalada por aquelle senhor” (*O Commercio de São Paulo*, 1896b, p. 1). Os fundos arrecadados, que ainda não tinham sido totalmente utilizados, foram aplicados para a próxima empreitada em prol dos mais necessitados. A carta aberta era acompanhada de uma planilha, repleta de valores com gastos nos meses em que a creche funcionou.

Nos outros dois periódicos, *Correio Paulistano* e *O Estado de S. Paulo*, não foram encontradas iniciativas como a do diretor de *O Commercio de São Paulo*, o jornalista Cesar Ribeiro. O que pôde ser identificado nas fontes foram notícias sobre crianças abandonadas, órfãs, desaparecidas e perdidas, sem muitas explicações dos guardas ou das pessoas que as encontravam, ou mesmo dos próprios pequenos, que muitas vezes nem sabiam dizer seus nomes. O que é relevante notar é que se podem elaborar categorias para as crianças negligenciadas por seus pais: as que tinham algumas justificativas para tal ato e as que eram simplesmente deixadas, sem remorsos ou justificativas.

O quadro 2 exhibe algumas das crianças encontradas nas notícias e que tinham algumas explicações para sua situação, apesar de nenhuma justificativa realmente ser coerente com a situação. Temos, no ano de 1894, uma criança que, segundo os guardas que a encontraram, aparentava ter dois anos de idade, teria sido encontrada na rua Visconde do Rio Branco. A criança não sabia seu próprio nome, nem indicar o local de sua moradia. A pessoa que a encontrou levou-a para a polícia e foi registrado que a criança apresentava sotaque português. É a mesma situação de uma menina loura, que a polícia calculou ter três anos de idade em 1906, encontrada na rua Vergueiro. Mas outras crianças que saíram de casa e não voltaram podem não ter sido levadas à polícia e ter-se agregado a outras famílias.

Os outros casos que aparecem no mesmo quadro 2 são situações em que os pais eram conhecidos, mas, por motivos diversos, precisaram abandonar seus

filhos. Em 1895, a casa na rua de Santo Amaro queimou e somente a menina, que teria por volta de três anos de idade – como calculado pela polícia – ficou ilesa. Seus pais não retornaram para a casa. Guilherme Pugliesi, de 1 ano e meio, quando foi encontrado tinha uma certidão de nascimento junto de si, com nomes de seus pais. Havia sido deixado próximo do *Hospício dos Alienados* no ano de 1898. A menina Maria Eugênia foi deixada, em 1907, com um bilhete escrito pela mãe, em que explicava que se sentiu obrigada a deixá-la por falta de recursos para sua manutenção.

Têm-se também os nomes dos pais das três crianças filhas de um espanhol e de uma brasileira. O pai vendia guarda-chuvas e a mãe estava internada no *Hospital de Santa Clara*. O pai deixou os filhos em frente à casa de um magistrado no ano de 1901.

Um italiano, chamado Gennaro di Biasi, deixou seus filhos na roda dos expostos, segundo notícia de 1905, os quais foram devolvidos à mãe. Como o pai era proprietário de uma mercearia de secos e molhados, teria como manter os filhos. Outra situação similar foi a de Salvatore Perillo, em 1909, que deixou dois filhos na roda dos expostos, porque era casado na Itália e vivia no Brasil com outra mulher.

Mais uma ocorrência é a de um recém-nascido, em um grupo de italianos que seguia de trem para a capital em busca de trabalho. Uma moça, após sentir dores do parto, deu à luz durante a viagem. Uma senhora ajudou-a. A mãe foi buscar transporte quando desembarcou na estação em São Paulo, mas não voltou. A senhora entregou a criança para a polícia. Em seguida é possível ler a notícia completa como foi publicada no jornal.

Outra criança entregue à polícia foi no ano de 1906, quando os vizinhos ouviram um choro constante e chamaram o guarda rondante. A casa da rua Aymoré fora arrombada e uma criança “de pouca idade” estava sozinha.

No ano de 1907, outra criança foi deixada com a parteira. A mãe estava descansando do parto em uma sala, sozinha. Ficaria ali por duas horas. Quando a parteira voltou com a criança para mamar, a mãe havia saído, sem levar seu filho. Verificou-se, neste mesmo quadro 2, que os pais deixavam crianças desamparadas; não eram apenas as mães que assumiam esse encargo, ou dele desistiam. Todas essas crianças eram encaminhadas pela polícia para um orfanato.

**Desnaturada!**

Uma moça de nacionalidade italiana, que vinha hontem de Campinas para esta capital, em companhia de uma sua irman menor e de um rapaz, no meio da viagem, deu á luz uma criança do sexo feminino.

Socorreram-na nesse momento diversas familias que vinham no trem, entre as quaes Concetta de tal, mulher de um colono, que vai repatriar-se.

A desconhecida foi feliz no parto, nada occorrendo até esta capital.

O que causou surpresa a todos foi o facto de ter a moça recommendado a todos que estavam ao seu lado, que não dissessem nada do acontecido a sua irman, pois era preciso occultar para que sua familia nada soubesse.

Chegando, á noite, o trem na estação da Luz, a parturiente mostrando-se muito bem disposta entregou a recém-nascida a Concetta, pretextando que ia tractar um carro para transportal-a á casa.

Concetta, cansada de esperar a moça, com a criança nos braços, saiu da estação, não a encontrando.

A vista disso, Concetta compareceu á policia central, communicando o facto ao dr. Victor Ayrosa.

A criança desamparada foi enviada para a Santa Casa de Misericordia.

Fonte: O Estado de São Paulo (1902, p. 3).

Quadro 2 - Desamparados

Ano	Idade	Crianças	Explicações
1894	2	Criança	Pronúncia portuguesa, apareceu na rua Visconde do Rio Branco
1895	3	Menina	Rua de Santo Amaro 45, casa fechada queimou
1898	1,5	Criança	Perto do Hospício com certidão de nascimento: Guilherme
1901	1,5 4 e 6	Filhos do espanho	Mãe internada Hospital de Santa Clara; pai vendedor de guarda-chuvas
1902	0	Criança	Ficou nos braços da parteira
1905	0	Criança	Fechada casa 11, rua Aymoré, em choro constante
1905	não citado	Gennaro di Biase	Teve 5 filhos, preso 2 anos, dono de uma mercearia de secos e molhados
1906	3	Menina	Na rua Vergueiro, descalça, não sabe seu nome
1907	0	Criança	Bilhete com criança, mãe foi obrigada a deixá-la por falta de recursos
1907	0	Criança	Após 2 h do parto, mãe desapareceu
1909	não citado	Salvatore Perillo	2 filhos, era casado na Itália, vivia com outra mulher

Fontes: Correio Paulistano (1907), O Commercio de São Paulo (1895a), O Estado de São Paulo (1902).

Na notícia completa sobre o pai, Gennaro di Biase, lê-se: “[...] proprietário de uma mercearia de secos e molhados “bem sortida. [...] Não podemos considerar um desprovido de sorte”. Mas insistia em continuar enviando seus filhos à roda dos expostos na *Santa Casa de Misericórdia*. Foi preso, pela primeira vez, em 1903, por quase dois anos. Ficou “livre do cárcere pela liberalidade de nossa justiça”. Por ter levado dois de seus filhos para a roda, foi denunciado pela própria companheira. Retornou à roda em 1905, com outros três filhos seus, mas foi, felizmente, denunciado, anonimamente. O pai “criminoso está recolhido a um xadrez do posto policial” após comprovar-se que realmente colocou seu quinto filho na mesma roda dos expostos. Quando foi preso pela primeira vez, “allegou como justificativa à sua culpa a defficiencia de recursos para criar os filhos”. Mas, agora, nova denúncia foi aberta com “rigoroso inquérito”.

Deve-se levar em conta que a companheira de Gennaro di Biase tinha algum esclarecimento jurídico, por tê-lo denunciado quando levou seus filhos para a roda pela primeira vez, em 1903. Esta ação possibilitou que ele ficasse preso por quase dois anos e ela, com seus filhos, talvez aproveitasse dos ganhos da mercearia de secos e molhados. Também não ocorreu nenhum tipo de empecilho ao denunciá-lo, anonimamente, quando levou seus outros três filhos para a roda em 1905, colocando-o novamente no cárcere, como citado pelo *Correio Paulistano* (1907, p. 3).

O quadro 3 exhibe as crianças que foram deixadas em locais públicos, com passagem de muitas pessoas. Por coincidência, ou mero acaso, essas crianças foram encontradas ao anoitecer ou ao amanhecer, momentos em que a luz do dia favorecia as sombras na cidade. Essas crianças não carregavam consigo nada que as identificasse - bilhetes, vestimentas, medalhas de santos. Foram deixadas em locais de fácil acesso. Eram, portanto, logo descobertas e entregues aos guardas rondantes. O destino de todas elas seriam as instituições assistenciais.

Certamente, algumas crianças, como a que foi propositalmente deixada na porta do *Colégio das Irmãs do Coração de Maria*, ou no corredor de uma casa do centro da cidade, no jardim de uma casa vazia, no Largo de Santa Cecília, na porta de uma casa na Mooca, na entrada de um cortiço na Santa Efigênia, na calçada de uma das ruas do centro, foram encontradas mais rapidamente do que as deixadas em um terreno baldio ou dentro de uma lata de lixo. Contudo, o mais admirável é que todas essas crianças sobreviveram à exposição, à negligência, à renúncia, por mais cruel que essa situação possa ter sido. Pode-se identificar que não foram casos isolados. Algumas crianças foram deixadas em locais mais isolados que outras, razão por que demoraram mais tempo para serem encontradas.

A situação que o quadro 3 demonstra é diferente das anteriores, porque trata de outro grupo de crianças, as das desaparecidas ou perdidas. Situação similar à que ocorreu na Cidade do México e foi relatada por Sosenski (2018), quando descreveu a rápida urbanização, nos anos de 1940, e as questões que envolveram sequestros de crianças. Foi criada uma polícia tutelar para vigiar as condutas e os comportamentos infantis em público, isto é, como as crianças e os jovens agiam nas ruas, tipo de policiamento através do qual se podia, talvez, evitar o risco de sequestro.

Em São Paulo, porém, as crianças eram consideradas como perdidas ou desaparecidas, não como sequestradas. Houve um momento, porém, que se deu conta de uma mudança de situação. A questão que se levanta é a seguinte: Quando foi que começou a ocorrer essa percepção para se efetuar a mudança da denominação, ou melhor, quando é que teve início a efetiva preocupação das autoridades com o rapto e o sequestro de crianças na cidade de São Paulo? Terá sido necessário que crianças de classes mais abastadas fossem sequestradas para que a polícia tomasse algum tipo de atitude?

Para tais perguntas, porém, não se têm respostas, apenas hipóteses, rastros para outra investigação a ser desenvolvida.

As crianças consideradas mais velhas podiam, muitas vezes, andar sozinhas pela cidade; algumas vezes, acompanhadas de seus irmãos ou primos com mais idade. Neste caso, são os pais ou seus responsáveis que estão relatando seu desaparecimento. Pela notícia de 1900, os primos José, que tinha por volta de três anos, e José, que tinha dois anos e três meses de idade, se perderam quando estavam no Mercado de Verduras. Situação similar ocorreu com Antonio, de três anos, que sumiu no Mercado Central, acompanhando seu irmão mais velho, que ainda enfatizou a dificuldade de a criança se expressar.

Também estavam juntos quando desapareceram, em 1898, os irmãos Thomaz, de cinco anos, e Jozé, de seis anos, os dois descalços, vestidos com paletós; o primeiro, louro, com calças brancas e o segundo, com calças pretas.

Em 1902, Joaquim, de três anos, foi visto pela última vez próximo ao Largo da Liberdade; em 1904, Alfredo, de seis anos, estava na Várzea do Carmo, possivelmente brincando com outros seus amigos e não foi mais encontrado.

**Criança abandonada**

Um trabalhador que passava hoje pela rua de S. Leopoldo, encontrou allí abandonada uma criancinha de seis mezes de idade approxlmadamente.

Condoendo-se da sorte daquele entossinho, levou-o para a sua casa.

Ahi, ao despir a criança, encontrou um papel em que se lia o seguinte: «Esta criança chama-se Maria Eugenia. Sua mãe, é obrigada por falta do re: cursos, dá este terrivel passo. Ha de procural-a quando puder.»

Fonte: Correio Paulistano (1907, p. 2).

A Várzea era o local escolhido no final da tarde para jogo de *foot-ball*, com bolas improvisadas e outras atividades lúdicas entre amigos, ver Prado (2020a). Como esses desaparecimentos nos direcionam, infelizmente, a outras hipóteses como o sequestro seguido de abuso, violência e exploração sexual. A única criança mais velha que destoou neste grupo foi Affonso, de oito anos, porque, com essa idade, não seria considerado desaparecido. Talvez fugitivo de seus parentes ou responsáveis, por maus tratos, poderia ir à escola ou trabalhar. Mas a notícia não trouxe mais detalhes. Temos de lembrar que os pais e os mestres poderiam castigar seus filhos ou aprendizes, além da possibilidade de os encarcerar quando existisse necessidade de os “emendar quanto a “más manhas e costumes””, como escreveu Moura (2018, p. 25).

Quadro 3 - Desaparecidos

Ano	Idade	Desaparecidos	Descrições
1896	3	Antonio	Fala pouco; sumiu no Mercado Central
1898	5	Thomaz	Cabelos louros, descalço, calça branca, paletó
	6	José	Descalço, calça preta, paletó
1899	3	Nina	Filha do proprietário do Buffet do Theatro Polytheama
	4	Amália	Irmã de Nina
1900	3	José	Estava no Mercado de verduras
	2, 3	José	Primo de José
1900	8	Affonso	Cabelos pretos, olhos grandes, descalço, calça de riscado
1902	3	Joaquim	Foi visto perto do Largo da Liberdade
1904	6	Alfredo	Estava na Várzea do Carmo
1905	4, 5	Aleria	Rua Barão de Iguape, cabelos louros, vestido encarnado, calçado amarelo

Fontes: Correio Paulistano (1907), O Commercio de São Paulo (1896a), O Estado de São Paulo, (1902).

## Considerações Finais

Esta pesquisa propiciou desvendar quais foram os caminhos que algumas das crianças órfãs percorreram desde que foram deixadas por seus pais até chegarem a uma instituição de assistência. Caso diferente das crianças desaparecidas ou perdidas, sobre as quais faltam informações, o que impede de dizer o possa ter ocorrido, pois eram os responsáveis que deveriam se deslocar até a polícia para comunicar seu desaparecimento, fornecendo os devidos detalhes. Sabe-se somente o destino de Alfredo, encontrado na Várzea do Carmo e encaminhado para o posto policial, e de Joaquim, que estava no Largo da Liberdade e foi levado para a sede da Polícia Central.

Temos de pensar no que ocorria antes da criação da roda dos expostos na cidade. Qual seria o destino dos recém-nascidos? Se dispomos de maiores informações por parte da América Espanhola. Lá, eram bem conhecidos a ação e o termo “exposto”, que, desde o século XVII, faziam parte do *Diccionario da Real Academia de Língua Espanhola*, como nos esclareceu Alcubeirre Moya (2012).

Infelizmente, a questão da negligência, do desaparecimento ou do sequestro ainda constituem matéria para pesquisa, que perpassa os tempos. Desde o final do século XIX, ou mesmo atualmente, o problema continua a persistir. É muito atual a questão da violência contra a criança. O mais cruel, no entanto, é o que ocorre no caso das crianças perdidas ou desaparecidas que não foram entregues à polícia. Estas podem ter sido sequestradas, abusadas, exploradas, espancadas, sofrido todo tipo de humilhação e nem terem conseguido sobreviver aos maus tratos. Quantas histórias foram deixadas de contar porque algumas dessas crianças nem chegaram a se tornar órfãs: faleceram antes da idade adulta.

## REFERÊNCIAS

- ALCUBIERRE MOYA, B. El destino de los niños Lorenzana, expósitos pobladores de la Alta California. *In*: SOSENSKI, S.; ALBARRÁN, E. J. (Coord.) **Nuevas miradas a la historia de la infancia en América Latina: entre prácticas e representaciones**. México: UNAM, 2012. p. 91-121.
- CORREIO PAULISTANO. **Orgam Republicano**, São Paulo, jan. 1907. Disponível: [http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio\\_digital/jornais\\_revistas](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital/jornais_revistas) Acesso: 20 abr. 2021.
- CRUZ, H. de F. **São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana 1890-1915**. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2013.
- LE GOFF, J. **História e Memória**. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 1996.
- LUCA, T. R. de. História dos, nos e por meio dos periódicos. *In*: PINSKY, C. B. (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111-154.
- MIMESSE, E. Resquícios cotidianos da meninice na cidade paulistana: sobreviver, labutar, estudar e divertir-se. *In*: MIMESSE, E. (Org.). **Bambini Piccoli: a infância das crianças italianas e ítalo-brasileiras**. Jundiaí/SP: Paco Editorial, 2020, p. 77 - 122.
- MOURA, E. B. B. de. Castigar com ‘Moderação e amor’: a criança e o castigo na interlocução entre o direito, a educação e os princípios do catolicismo (Brasil: séculos XIX e XX). *In*: AREND, S. M. F.; MOURA, E. B. B.; SOSENSKI, S. (Org.). **Infâncias e juventudes no século XX: histórias latino-americanas**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2018. p. 21-46.
- O COMMERCIO DE SÃO PAULO. São Paulo, jan. 1894. p. 1. Disponível em: <http://www.bn.gov.br/hemerotecadigital>. Acesso em: 10 fev. 2021.
- O COMMERCIO DE SÃO PAULO. São Paulo, out. 1895a. p. 1. Disponível em: <http://www.bn.gov.br/hemerotecadigital>. Acesso em: 10 fev. 2021.
- O COMMERCIO DE SÃO PAULO. São Paulo, dez. 1895b. p.1. Disponível em: <http://www.bn.gov.br/hemerotecadigital>. Acesso em: 10 fev. 2021.
- O COMMERCIO DE SÃO PAULO. São Paulo, fev. 1896a. p. 2. Disponível em: <http://www.bn.gov.br/hemerotecadigital>. Acesso em: 10 fev. 2021.
- O COMMERCIO DE SÃO PAULO. São Paulo, abr. 1896b. p.1. Disponível em: <http://www.bn.gov.br/hemerotecadigital>. Acesso em: 10 fev. 2021.
- O ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo, 8 de julho de 1896. p. 1. Disponível: <https://acervo.estadao.com.br/>. Acesso em: 20 abr. 2021.
- O ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo, 10 de agosto de 1902. p. 3. Disponível: <https://acervo.estadao.com.br/>. Acesso em: 20 abr. 2021.
- PRADO, E. M. O convívio concomitante e frugal das escolas elementares públicas e privadas paulistanas. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 58, p. 183-198, 2015.
- PRADO, E. M. Orphaned and abandoned children in the city of São Paulo: the crucial understanding to create the Scalabrinian orphanage. **History of Education & Children’s Literature** (online), [s.l.], v. 2, p. 509-526, 2019.
- PRADO, E. M. A distração da meninada nas ruas de São Paulo no início do século XX. **Revista Caminhos da Educação: diálogos, culturas e diversidades**, Teresina, v. 2, n. 1, p. 127-142, 2020a.
- PRADO, E. M. Instituições assistenciais e profissionais na cidade de São Paulo no século XIX. **Sapiens**, Carangola/MG, v. 2, n. 1, p. 124- 139, 2020b.

SOSENSKI, S. Infancia y violencia: los robachicos en las historietas para adultos en México. **Humanidades - revista de la Universidad de Montevideo**, Montevideo, n. 4, p. 103-128, 2018.